

DOCUMENTO 01

QUESTIONÁRIOS DE AUDITORIA

Doc 01

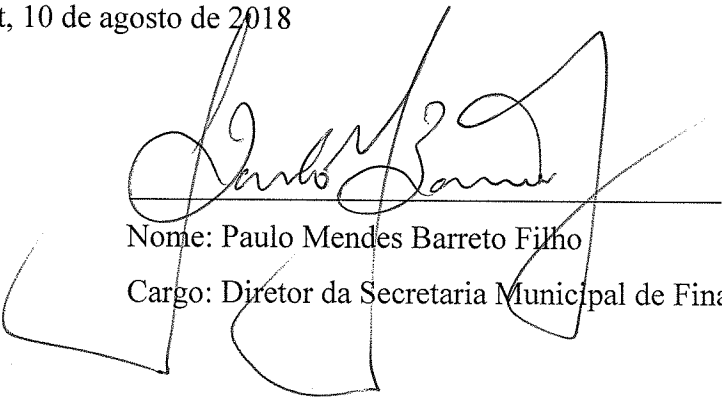
 TCEMG TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Questionário n. 01 – Consolidação e publicação da legislação	Documento n. 06/2018
Prefeitura Municipal de Santos Dumont	Servidores Técnicos	Gerente de Auditoria
	Paulo Roberto Ferrão Sandra Collares Lameira	Paulo Henrique Figueiredo

Item	Questão	SIM	NÃO
1	O município dispõe de legislação que estabeleça expressamente a determinado setor ou agente público a competência para consolidação da legislação municipal? Em caso positivo, indicar dispositivos legais: R - São Leis espessas		X
2	O Município adota rotinas para constante consolidação da legislação municipal? Em caso positivo, indicar em folha anexa procedimentos adotados e servidores ou empresas responsáveis por tais atividades.		X
3	O município dispõe de legislação que estabeleça expressamente a determinado setor ou agente público a competência para disponibilização <i>online</i> da legislação municipal? Em caso positivo, indicar dispositivos legais:		X
4	O Município adota rotinas para publicação e constante atualização da legislação disponibilizada para consulta <i>online</i>? Em caso positivo, indicar em folha anexa procedimentos adotados e servidores ou empresas responsáveis por tais atividades. OBS: Está em andamento a publicação da Legislação para consulta online		X
5	As normas que regulam o ISS, o IPTU e o ITBI estão consolidadas em texto normativo único para cada imposto, ou em conjunto no CTM ou outra norma? Em caso positivo, indicar dispositivos legais: R - Temos no CTM e Leis espessas.		X

6	Há normas instituindo e descrevendo formalmente as rotinas e os procedimentos referentes às diversas áreas e atividades da Administração Tributária Municipal? Em caso positivo, indicar dispositivos: OBS: Através de Decreto nº2940 de 24/10/2016 (Des-if)		X
7	Os órgãos e sistemas de Controle Interno realizam o controle das atividades da Administração Tributária Municipal?	X	

Observação: caso seja necessário complementar qualquer resposta, além do já acima solicitado, utilizar folha anexa, respondendo de forma sucinta e objetiva.

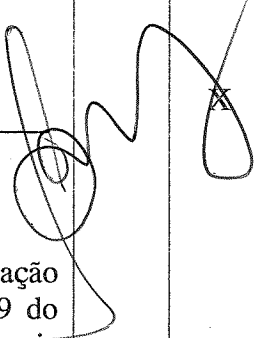
Santos Dumont, 10 de agosto de 2018

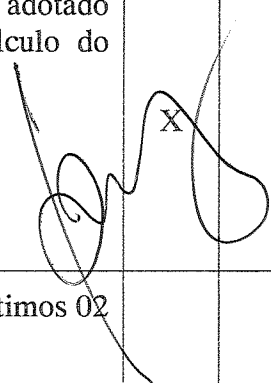


Nome: Paulo Mendes Barreto Filho

Cargo: Diretor da Secretaria Municipal de Finanças

	Questionário n. 02 – Planta Genérica de Valores	Documento n. 07/2018
Prefeitura Municipal de Santos Dumont	Servidores Técnicos	Gerente de Auditoria
	Paulo Roberto Ferrão Sandra Collares Lameira	Paulo Henrique Figueiredo

Item	Questão	SIM	NÃO
1	O município instituiu Planta Genérica de Valores – PGV para fins de apuração dos valores venais dos imóveis municipais? Caso a resposta seja SIM, indicar normativo que instituiu a PGV no Município: Lei 3475 de 12 de dezembro de 2002. Caso a resposta seja NÃO, informar em folha anexa como e sobre qual base de cálculo o imposto está sendo calculado e lançado.	X	
2	O Município utilizou a PGV vigente para cálculo e lançamento do IPTU referente aos exercícios de 2017 e 2018? Observação: Desconsiderar a questão caso a resposta ao item 1 tenha sido NÃO.	X	
3	O Município realizou revisão da Planta Genérica de Valores nos últimos 04 anos? Em que ano foi realizada a última revisão? Ano 2002 Indicar normativos relativos à referida revisão: Lei 3475 de 12 de dezembro de 2002. Observação: Pergunta direcionada apenas a Municípios com população superior a 20.000 habitantes (§2º do art. 30 da Portaria n. 511/09 do Ministério das Cidades). Desconsiderar caso a resposta ao item 1 seja NÃO.		X

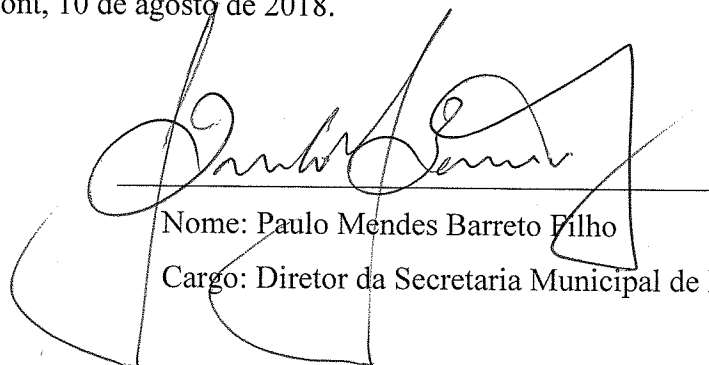
4	O Município realizou revisão da Planta Genérica de Valores nos últimos 08 anos? Em que ano foi realizada a última revisão? _____ Indicar normativos relativos à referida revisão: _____ _____ Observação: Pergunta direcionada apenas a Municípios com população inferior a 20.000 habitantes (§3º do art. 30 da Portaria n. 511/09 do Ministério das Cidades). Desconsiderar caso a resposta do item 1 seja NÃO.		X
5	A revisão da Planta Genérica de Valores foi realizada por profissionais qualificados para esta atividade (engenheiros ou arquitetos), com registro nos respectivos órgãos de classe, habilitados para a atividade técnica de avaliar imóveis, utilizando-se das boas práticas reconhecidas e aceitas para o exercício dessa função (utilização das NBRs 14653-1 e 14653-2 da ABNT)? Observação: Desconsiderar a questão caso a resposta aos itens 3 ou 4 tenha sido NÃO. Indicar os responsáveis pela revisão da PGM e sua qualificação: _____ _____ _____		X
6	Há previsão na legislação municipal sobre o índice de inflação adotado pelo Município para a atualização monetária da base de cálculo do IPTU? Em caso positivo, indicar normativos e dispositivos legais: IGPM – Art. 190 Lei 3774 de 30 de dezembro de 2005		X
7	Houve atualização monetária da base de cálculo do IPTU nos últimos 02 anos? Em caso positivo, indicar normativos que tenham embasado as atualizações: Em 2016 ocorreu atualização, já em 2017 não houve pelo período de fração.		X

8	Há previsão na legislação municipal da seletividade de alíquotas em razão da sua localização (zona fiscal) e destinação (residencial, comercial ou industrial), da progressividade de alíquotas em razão do valor do imóvel e da progressividade no tempo do IPTU? Em caso positivo, indicar normativos legais: Lei 3475 de 12 de dezembro de 2002. Seletivo pela localização e destinação de alíquota fixa. OBS: Em relação a progressividade não tem.	X	
---	---	---	--

Observações:

- caso seja necessário complementar qualquer resposta, além do já acima solicitado, utilizar folha anexa, respondendo de forma sucinta e objetiva;
- nas respostas aos itens 3 a 7 atentar para as distinções entre revisão da Planta Genérica de Valores (§§2º e 3º do art. 30 da Portaria n. 511/09 do Ministério das Cidades), atualização monetária da base de cálculo do IPTU e alterações de dados cadastrais dos imóveis (recadastramento) com reflexos no cálculo do imposto.

Santos Dumont, 10 de agosto de 2018.


 Nome: Paulo Mendes Barreto Filho
 Cargo: Diretor da Secretaria Municipal de Finanças

	Questionário n. 03 – Priorização de recursos (Secretário)	Documento n. 08/2018
Prefeitura Municipal de Santos Dumont	Servidores Técnicos	Gerente de Auditoria
	Paulo Roberto Ferrão Sandra Collares Lameira	Paulo Henrique Figueiredo

Item	Questão	SIM	NÃO																																						
1	O município dispõe de sistema de Nota Fiscal Eletrônica?	X																																							
2	O Município utiliza efetivamente o sistema de Nota Fiscal Eletrônica para realização de atividades relacionadas à <u>fiscalização tributária</u>? Caso a resposta seja SIM, informar em folha anexa, de forma sucinta e objetiva, quais atividades são realizadas. Desconsiderar a questão caso a resposta ao item 1 tenha sido NÃO e justificar,em folha anexa, a não utilização do sistema. Análise do Cnae, alíquotas, análise de liquidação do crédito tributário	X																																							
3	O município dispõe de quantitativo de computadores com acesso a sistemas de tecnologia da informação e internet equivalente ao número de servidores que exercem atividades na administração tributária? Informar em folha anexa o número de servidores e computadores existentes no setor tributário. <table><thead><tr><th>Servidor</th><th>Cargo/função</th></tr></thead><tbody><tr><td>Adriana Cristina de Almeida</td><td>Auxiliar Administrativo II</td></tr><tr><td>Ailton Custodio</td><td>Auxiliar Administrativo II</td></tr><tr><td>José Maria das Chagas</td><td>Auxiliar Administrativo I</td></tr><tr><td>Marília Maria Barbosa</td><td>Agente Municipal I</td></tr><tr><td>Silvana Lucia Costa</td><td>Auxiliar Administrativo I</td></tr><tr><td>Vanda Aparecida Caetano</td><td>Auxiliar Administrativo II</td></tr><tr><td>Vanda Brasil de Souza</td><td>Técnico Fiscal Fazendário</td></tr><tr><td>Paulo Mendes Barreto Filho</td><td>Diretor Sec. Municipal de Finanças</td></tr><tr><td>Ivanir Francisco J. Gomes</td><td>Chefe de Divisão de Arrecadação</td></tr><tr><td>Luciana Gonçalves da Fonseca</td><td>Chefe de Divisão de fisc. Fazendária</td></tr><tr><td>Elisa A. Evangelista Dos Santos</td><td>Chefe de Divisão de Tesouraria</td></tr><tr><td>Glaucia de Souza Rabello</td><td>Chefe de Divisão Execução Financeira</td></tr><tr><td>Priscila Ferreira Polcaro dos Santos</td><td>Chefe de Departamento de Receita</td></tr><tr><td>Ronald Fonseca Nascimento</td><td>Chefe de Div. Execução Orçamentária</td></tr><tr><td>Vanessa Ferreira Formigon</td><td>Acessor</td></tr></tbody></table> <table><thead><tr><th>Contabilidade</th><th>Cargo/função</th></tr></thead><tbody><tr><td>Bruna Miranda Mendes</td><td>Auxiliar Administrativo I</td></tr><tr><td>Everaldo Ferreira de Paula</td><td>Auxiliar Administrativo II</td></tr></tbody></table>	Servidor	Cargo/função	Adriana Cristina de Almeida	Auxiliar Administrativo II	Ailton Custodio	Auxiliar Administrativo II	José Maria das Chagas	Auxiliar Administrativo I	Marília Maria Barbosa	Agente Municipal I	Silvana Lucia Costa	Auxiliar Administrativo I	Vanda Aparecida Caetano	Auxiliar Administrativo II	Vanda Brasil de Souza	Técnico Fiscal Fazendário	Paulo Mendes Barreto Filho	Diretor Sec. Municipal de Finanças	Ivanir Francisco J. Gomes	Chefe de Divisão de Arrecadação	Luciana Gonçalves da Fonseca	Chefe de Divisão de fisc. Fazendária	Elisa A. Evangelista Dos Santos	Chefe de Divisão de Tesouraria	Glaucia de Souza Rabello	Chefe de Divisão Execução Financeira	Priscila Ferreira Polcaro dos Santos	Chefe de Departamento de Receita	Ronald Fonseca Nascimento	Chefe de Div. Execução Orçamentária	Vanessa Ferreira Formigon	Acessor	Contabilidade	Cargo/função	Bruna Miranda Mendes	Auxiliar Administrativo I	Everaldo Ferreira de Paula	Auxiliar Administrativo II	X	
Servidor	Cargo/função																																								
Adriana Cristina de Almeida	Auxiliar Administrativo II																																								
Ailton Custodio	Auxiliar Administrativo II																																								
José Maria das Chagas	Auxiliar Administrativo I																																								
Marília Maria Barbosa	Agente Municipal I																																								
Silvana Lucia Costa	Auxiliar Administrativo I																																								
Vanda Aparecida Caetano	Auxiliar Administrativo II																																								
Vanda Brasil de Souza	Técnico Fiscal Fazendário																																								
Paulo Mendes Barreto Filho	Diretor Sec. Municipal de Finanças																																								
Ivanir Francisco J. Gomes	Chefe de Divisão de Arrecadação																																								
Luciana Gonçalves da Fonseca	Chefe de Divisão de fisc. Fazendária																																								
Elisa A. Evangelista Dos Santos	Chefe de Divisão de Tesouraria																																								
Glaucia de Souza Rabello	Chefe de Divisão Execução Financeira																																								
Priscila Ferreira Polcaro dos Santos	Chefe de Departamento de Receita																																								
Ronald Fonseca Nascimento	Chefe de Div. Execução Orçamentária																																								
Vanessa Ferreira Formigon	Acessor																																								
Contabilidade	Cargo/função																																								
Bruna Miranda Mendes	Auxiliar Administrativo I																																								
Everaldo Ferreira de Paula	Auxiliar Administrativo II																																								

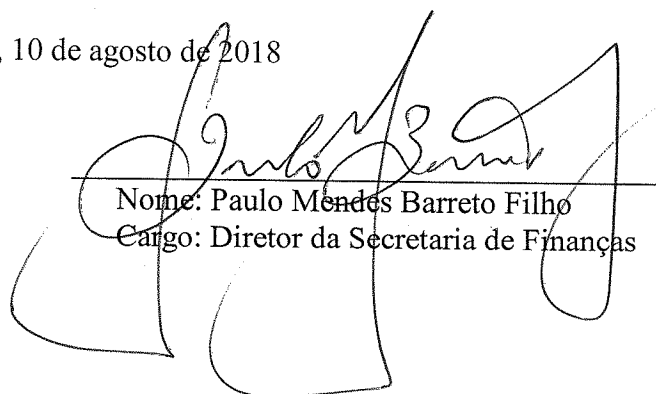
	Josiane de Araujo Amorim Agente Municipal I Roselena de Fátima L.P. de Paula Auxiliar Administrativo II Sebastião Deon dos Santos Chefe de Departamento Contabilidade		
4	O número de computadores disponíveis se mostra suficiente e adequado ao desempenho das atribuições da administração tributária sob os aspectos quantitativo (relação entre o número de servidores e número de máquinas disponíveis) e qualitativo (funcionalidade das máquinas/hardwares e programas/software instalados)? Caso a resposta do presente item seja SIM e do item anterior seja NÃO, justificar em folha anexa, de forma sucinta e objetiva. Caso a resposta seja NÃO, apontar dificuldades encontradas.	X	
5	A administração tributária dispõe de veículos para realização das atividades de fiscalização e demais diligências externas do setor? Caso a resposta seja SIM, informar em folha anexa se os veículos são de uso exclusivo da administração tributária ou de uso compartilhado com demais setores. Neste último caso, informar se este modelo tem atendido plenamente e de forma prioritária às necessidades da administração tributária. R. Temos um veículo privativo da Secretaria da Fazenda e compartilhamos os motoristas com a Secretaria de Administração.	X	
6	O Município tem disponibilizado anualmente cursos de capacitação aos servidores que atuam na administração tributária cujos conteúdos sejam relacionados especificamente às tarefas desempenhadas naquele setor? Caso a resposta seja SIM, informar em folha anexa todos os cursos e treinamentos realizados pelos servidores da administração tributária exercício anterior e no atual, identificando os servidores participantes. R. Práticas de Fiscalização do ISS no Simples Nacional (3 horas) ISS como fiscalizar Bancos e Cartórios (8horas)	X	
7	Os servidores que atuam na administração tributária têm encontrado dificuldades em exercer alguma de suas atividades de forma plena em razão de limitações técnicas decorrentes da falta de qualificação? Caso a resposta seja SIM, indicar em folha anexa, de forma sucinta e objetiva, quais atividades e limitações encontradas. R. Deve ocorrer mais cursos de aperfeiçoamento e a legislação deveria dar mais suporte.	X	

8	Os servidores que atuam na administração tributária foram capacitados e mantêm domínio sobre a utilização dos sistemas gerenciais informatizados, disponibilizados para o exercício das atividades da administração tributária? Caso tenha sido disponibilizado treinamento aos servidores, indicar em folha anexa em que período este ocorreu e demais informações a respeito. Listar em folha anexa, de forma sucinta e objetiva, eventuais dificuldades atualmente encontradas pelos servidores no manuseio dos sistemas. R. Os servidores efetivos dão suporte aos comissionados	X	
9	Há servidores que ocupam cargos cujas competências são afetas à fiscalização tributária, mas estão lotados em outros setores ou órgãos da administração municipal ou cedidos a órgãos ou entidades públicas externas? Caso a resposta seja SIM, identificar em folha anexa os servidores cedidos e indicar setores/órgãos/entidades em que estão exercendo as funções. R. Glaucia de Souza Rabello (Servidor comissionado/Chefe de Divisão Execução Financeira/ Administração) Ronald Fonseca Nascimento (Servidor comissionado/ Chefe de Divisão de Execução Orçamentária/Saúde) Ivanir Francisco José Gomes (Chefe de Divisão de Arrecadação/ Assistência Social)	X	
10	Todos os setores previstos na legislação municipal relativos à estrutura da administração tributária estão implementados e dispõem de servidores suficientes para o exercício das respectivas atribuições e competências? Indicar dispositivos legais referentes à estrutura da administração tributária: Organograma _____ _____		X
11	Todos os cargos previstos na legislação municipal vinculados à estrutura da administração tributária estão providos? Indicar dispositivos legais referentes aos cargos da administração tributária: Organograma _____ _____ _____	X	
12	Há instituição legal da carreira de fiscal de tributos, com expressa previsão em lei de suas atribuições? Indicar dispositivos legais: Lei nº 3966 de 09/04/2018 _____	X	

	específicos voltados ao custeio, modernização e aparelhamento da administração tributária?		
14	O Município registra a execução das despesas com custeio, modernização e aparelhamento da administração tributária na Sub função 129 – Administração de Receitas, estabelecida pela Portaria MPOG n. 42/99? No caso de utilização de outras Sub funções, indicar quais: R – Subfunção123		X

Observação: caso seja necessário complementar qualquer resposta, além do já acima solicitado, utilizar folha anexa, respondendo de forma sucinta e objetiva.

Santos Dumont, 10 de agosto de 2018



Nome: Paulo Mendes Barreto Filho
Cargo: Diretor da Secretaria de Finanças

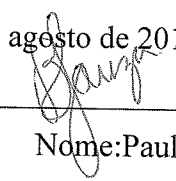
	Questionário n. 04 – Priorização de recursos (Servidores)	Documento n. 09/2018
Prefeitura Municipal de Santos Dumont	Servidores Técnicos	Gerente de Auditoria
	Paulo Roberto Ferrão Sandra Collares Lameira	Paulo Henrique Figueiredo

Item	Questão	SIM	NÃO
1	Você utiliza sistema de Nota Fiscal Eletrônica para realização de atividades relacionadas à fiscalização tributária? Em caso positivo, informar em folha anexa quais atividades. Em caso de resposta NÃO, justificar a não utilização. Desconsiderar a questão caso o Município não disponha do sistema. R. Análise do CNAE, alíquotas, e liquidação do crédito Tributário.	X	
2	Você dispõe de veículo para realização das atividades de fiscalização e demais diligências externas do setor? Informar se o veículo é de uso exclusivo da administração tributária ou de uso compartilhado com demais setores. Neste último caso, informar se este modelo tem atendido plenamente e de forma prioritária às necessidades da administração tributária. R. Veículo exclusivo da Secretaria da Fazenda (VW/GOL 1.0 Placa HLF 4660)	X	
3	Você considera que o número de computadores disponíveis na administração tributária é suficiente (aspecto quantitativo – número de computadores x servidores) e adequado (aspecto qualitativo – funcionalidade das máquinas/hardwares e programas instalados/softwares) ao desempenho das atribuições dos servidores lotados neste setor? Caso a resposta seja NÃO, apontar em folha anexa as dificuldades encontradas.	X	
4	Você participou de algum treinamento para utilização do sistema gerencial utilizado nas atividades da administração tributária? Em caso de resposta NÃO, informar se houve disponibilização de treinamento a algum outro servidor.	X	

5	O treinamento oferecido mostrou-se satisfatório, ou seja, possibilitou o conhecimento e aprendizado das funções básicas do sistema, em especial daquelas mais utilizadas pelos servidores da administração tributária? Observação: Ignorar a questão caso a resposta anterior tenha sido NÃO.	X	
6	Você possui alguma dificuldade sobre a utilização do sistema gerencial disponibilizado ao exercício das atividades da administração tributária? Caso a resposta seja SIM, listar em folha anexa eventuais dificuldades encontradas no manuseio do sistema. R. Devem ocorrer mais cursos de aperfeiçoamento e a legislação deveria dar mais suporte.	X	
7	O Município tem disponibilizado anualmente a você e demais servidores da administração tributária cursos de capacitação cujos conteúdos sejam relacionados especificamente às tarefas desempenhadas neste setor? Em caso positivo, informar em folha anexa todos os cursos e treinamentos realizados por você no último exercício e no exercício atual. R. Práticas de fiscalização do ISS no Simples Nacional (3 horas) on line e ISS como fiscalizar Bancos e Cartórios (8 horas) em Belo Horizonte.	X	
8	Você tem encontrado dificuldades para exercer determinadas atividades de forma plena em razão de possíveis limitações técnicas decorrentes da falta de capacitação? Em caso positivo, indicar em folha anexa quais atividades. Necessito de mais cursos para capacitação	X	

Observação: caso seja necessário complementar qualquer resposta, além do já acima solicitado, utilizar folha anexa, respondendo de forma sucinta e objetiva.

Santos Dumont, 10 de agosto de 2018


Nome: Paulo Mendes Barreto Filho

Cargo: Diretor da Secretaria Municipal de Finanças

Nome: Vanda Brasil de Souza

Cargo: Técnico Fiscal Fazendário

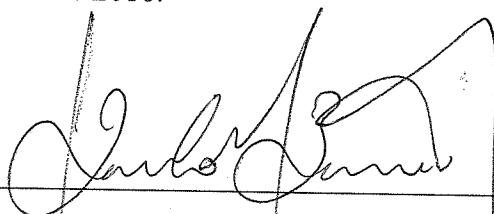
	Questionário n. 05 – Cadastro imobiliário de contribuintes	Documento n. 10/2018
Prefeitura Municipal de Santos Dumont	Servidores Técnicos	Gerente de Auditoria
	Paulo Roberto Ferrão Sandra Collares Lameira	Paulo Henrique Figueiredo

Item	Questão	SIM	NÃO
1	O município possui setor responsável pela inscrição, manutenção e atualização do cadastro imobiliário de contribuintes? Em caso positivo, indicar em folha anexa o setor responsável por tais atribuições e enumerar demais atividades nele realizadas. Elisa, Vanessa e Lucina realizam a inclusão da solicitação no Setor de Protocolo. Priscila e Silvana realizam serviços IPTU, ISSQN e Alvará. Silvana realiza Nota Fiscal Avulsa, inclusão e Lançamento no cadastro Imobiliário e ITBI; Elisa como suplemente .	X	
2	O município dispõe de servidores voltados especificamente para atividades relacionadas à inscrição e atualização do cadastro de contribuinte? Em caso positivo, identificarem folha anexa os servidores que desempenham tais atividades. Vide item 1.	X	
3	O município realizou recadastramento dos contribuintes após 2013? Em caso positivo, especificar o ano em que o recadastramento foi realizado: _____		X
4	O município possui rotina de atualização de dados cadastrais de contribuintes a partir de informações obtidas por meio de procedimentos de cobrança administrativa e de concessão de parcelamento tributário de imposto inadimplido? Em caso positivo, indicar em folha anexa, de forma sucinta e objetiva, procedimentos praticados e servidores responsáveis por tais atividades. Em caso de divergência de dados apuramos os fatos e incluimos no sistema tanto no cadastro Mobiliário quanto Imobiliário.	X	
5	O Município possui rotina de atualização de dados de contribuintes a partir do acompanhamento processual das execuções fiscais ajuizadas?		X

	Em caso positivo, indicar em folha anexa, de forma sucinta e objetiva, procedimentos praticados e servidores responsáveis por tais atividades.		
6	O município possui rotina de inscrição e atualização de unidades imobiliárias de contribuintes a partir de informações obtidas do setor responsável pela expedição de Habite-se e concessão de alvarás de funcionamento e demais certidões imobiliárias? Em caso positivo, indicar em folha anexa, de forma sucinta e objetiva, procedimentos praticados e servidores responsáveis por tais atividades. Com o Habite-se efetuamos a conferência das divergências e atualizamos o cadastro, assim como com os Alvarás e Certidões que são realizadas pela Silvana e Priscila respectivamente.	X	
7	O município mantém convênio ou instrumento congênere com algum concessionário de serviço público (energia elétrica, água e esgoto, telefonia), entidade pública (Receita Federal, Detran, Junta Comercial, Receita Estadual) ou cartórios de registro de imóveis, com intuito de buscar e compartilhar informações pertinentes ao cadastro de contribuintes? Em caso positivo, indicar instrumentos e entidades: Junta Comercial, Receita Estadual, Cemig (COSIP) – Contribuição sobre iluminação pública.	X	
8	A legislação municipal dispõe sobre obrigação do contribuinte comunicar formalmente ao município, em prazo determinado, fatos ou circunstâncias que venham a alterar a unidade imobiliária, para fins de atualização cadastral? Em caso positivo, indicar norma e artigos que regulamentam o assunto: Lei 3774 de 30/12/2005 – Art. 186	X	

Observação: caso seja necessário complementar qualquer resposta, além do já acima solicitado, utilizar folha anexa, respondendo de forma sucinta e objetiva.

Santos Dumont, 10 de agosto de 2018.


 Nome: Paulo Mendes Barreto Filho
 Cargo: Chefe de Departamento de Finanças

	Questionário n. 06 – Fiscalização do ISS	Documento n. 11/2018
Prefeitura Municipal de Santos Dumont	Servidores Técnicos	Gerente de Auditoria
	Paulo Roberto Ferrão Sandra Collares Lameira	Paulo Henrique Figueiredo

Item	Questão	SIM	NÃO
1	O município possui planejamento e elabora cronograma de fiscalização do ISS?		X
2	A administração tributária possui rotinas de controle para aferição do cumprimento do planejamento de fiscalização do ISS realizado, ou seja, das metas e resultados consignados no planejamento? Em caso positivo, apresentar documentação que explicita o acompanhamento da fiscalização através da demonstração de seus resultados, como estatísticas ou planilhas que relacionem arrecadação com ações fiscalizatórias.		X
3	O município realiza algum tipo de procedimento fiscalizatório dos contribuintes de ISS? Observação: Exemplos de procedimentos: monitoramento da arrecadação do ISS com a finalidade de detectar oportunamente qualquer flutuação significativa na arrecadação, para fins de direcionar a realização de fiscalizações; procedimentos capazes de aferir regularmente a movimentação econômica das instituições bancárias e cartoriais, para fins de constituição do ISS; procedimento de conciliação entre o faturamento declarado no Portal do Simples Nacional e o total de documentos fiscais emitidos e declarados à Prefeitura. Não realizamos este monitoramento. Ao recebermos o arquivo da Receita Federal dos CNPJ das empresas no município (mais ou menos em outubro de cada ano). Há a conferência de débitos no sistema mobiliário. Devolvemos o arquivo para o Simples Nacional com os CNPJ devedores e comunicamos aos contadores solicitando a regularização.	X	
4	Existe fiscalização baseada em monitoramento de arrecadação de contribuintes do ISS? Em caso positivo, descreva em folha anexa, de forma sucinta e objetiva, o tipo de monitoramento, como: contribuintes inadimplentes, maiores contribuintes, arrecadação de ISS por comparação da arrecadação entre os contribuintes de mesma atividade, etc.	X	

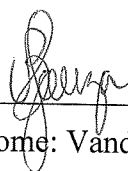
	Normalmente escolhemos os maiores contribuintes, como bancos e algumas empresas (CEMIG e outras). Ocorre também denúncia (como, atualmente, uma Usina em construção na área rural). Também disponibilizamos fiscalização em setores exemplo; Torres de celular (CLARO, TIM , VIVO, OI) e outras.		
5	O município realiza ações fiscais nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas às obrigações tributárias com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e de determinar com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários?	X	
6	Todos os bancos situados no município recolhem o ISS sobre seus serviços bancários?	X	
7	Os recolhimentos sobre os serviços bancários são realizados com base na movimentação econômica?	X	
8	São realizados procedimentos de fiscalização para averiguar a correção dos valores informados e recolhidos pelas instituições bancárias mediante comparação com seus demonstrativos contábeis (COSIF)?	X	
9	O município possui <i>software</i> de inteligência fiscal para as instituições financeiras de modo a recepcionar de maneira automática as informações necessárias para a apuração do ISS a recolher pelo contribuinte? Em caso positivo, indicar o <i>software</i> : <i>DEsif-E</i>	X	
10	Há previsão na legislação municipal de obrigação acessória para apresentação de declaração periódica sobre a movimentação financeira e econômica pelas instituições financeiras e cartorárias (p. ex.: arquivos fiscais ou contábeis) de modo a possibilitar à administração tributária aferir a base de cálculo do ISS e o acompanhamento do seu recolhimento? Em caso positivo, indicar normas, artigos, incisos: Encaminham balancetes, contratos com empresas de terceiros, apresentam DAP. LEI 3774 DE 30/12/2005; LEI COMPLEMENTAR Nº 13 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016; LEI COMPLEMENTAR Nº 17 DE 12/12/2017.	X	
11	Os recolhimentos de ISS sobre os serviços cartorários são realizados com base na movimentação econômica dos cartórios existentes no município?	X	

12	São realizados procedimentos para averiguar a correção dos valores informados e recolhidos pelas instituições cartorárias? Conferência da DAP.	X	
13	O município possui procedimentos capazes de aferir regularmente a movimentação econômica de empresas de construção civil para fins de constituição do ISS? Em caso positivo, descrever os procedimentos em folha anexa, de forma sucinta e objetiva. Através de denúncias. Também utilizamos as fiscalizações rotineiras nas quais verificamos dados para atualizar nosso cadastro mobiliário e imobiliário.	X	
14	São realizadas fiscalizações relativas às prestações de serviços tomados em atividades como segurança, limpeza e construção civil sujeitas a retenção do ISS, quando prestados por empresas não domiciliadas no município?	X	
15	Com relação aos tomadores de serviços, há previsão legal de obrigação acessória no sentido de informarem periodicamente os serviços que foram tomados e os respectivos ISS retidos? Em caso positivo, indicar norma, artigo, inciso: Lei Complementar 006 de 9/10/2014 Capítulo IV e V.		X
16	Com relação ao Simples Nacional, o município possui procedimento implementado no intuito de comparar o faturamento declarado no PGDAS-D com o faturamento declarado com base na emissão de documentos fiscais? Em caso positivo, descrever os procedimentos em folha anexa, de forma sucinta e objetiva		X
17	Há previsão na legislação tributária municipal de obrigatoriedade da expedição pela autoridade competente de instrumento legal de autorização para a realização de fiscalização do ISS? Em caso positivo, indicar norma, artigo, inciso: Artigo 34 Lei 3774 de 30/12/2005.		X
18	Há previsão na legislação tributária municipal de obrigatoriedade da		X

	expedição de “Termo de Início da Ação Fiscal” ou documentos similares que registrem o início da fiscalização? Em caso positivo, indicar norma, artigo, inciso: Artigo 117 da Lei 3774 de 30/12/2005 (NOTIFICAÇÃO)		
--	---	--	--

Observação: caso seja necessário complementar qualquer resposta, além do já acima solicitado, utilizar folha anexa, respondendo de forma sucinta e objetiva.

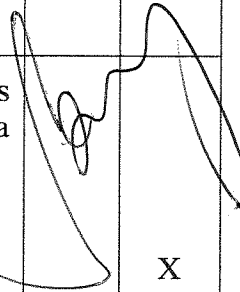
Santos Dumont, 10 de agosto de 2018.



Nome: Vanda Brasil de Souza

Cargo: Técnico Fiscal Fazendário

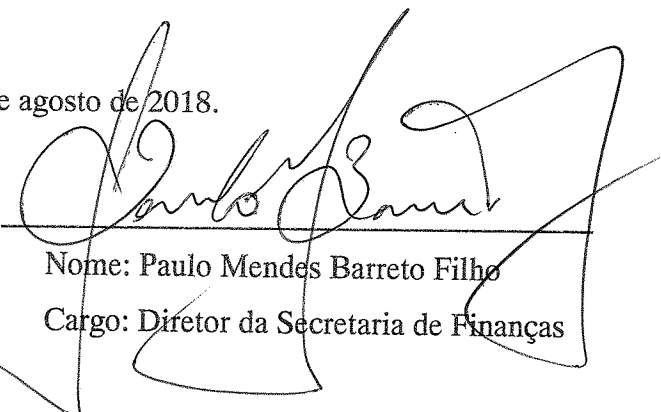
	Questionário n. 07 – Fiscalização do ITBI	Documento n. 12/2018
Prefeitura Municipal de Santos Dumont	Servidores Técnicos	Gerente de Auditoria
	Paulo Roberto Ferrão Sandra Collares Lameira	Paulo Henrique Figueiredo

Item	Questão	SIM	NÃO
1	O Município mantém procedimento definido para homologação de declarações de ITBI efetuadas por contribuinte? Em caso positivo, indicar em folha anexa, de forma sucinta e objetiva, os procedimentos realizados e os normativos que os regulamentam. 1º Protocolo de ITBI 2º Conferência da documentação 3º Visita do fiscal ao local que confere e fotografa 4º Análise da Comissão de Avaliação 5º Emissão da guia para arrecadação 6º Depois de tudo pronto, ocorre à emissão da Certidão Negativa de Débito.	X	
2	O procedimento de homologação do ITBI é atribuído aos servidores de carreira específica da administração tributária? Indicar servidores responsáveis pela realização do procedimento: Antônio de Paiva Menezes (Presidente), Josiane Araújo Amorim (Membro), Giovane Viana (Membro) e Michelline Fernandes da Silva (Membro). Todos da comissão de ITBI.		X
3	Há na legislação municipal previsão de obrigação acessória que determine aos titulares de cartórios de registro de imóveis o envio periódico de informações ao fisco municipal acerca das transmissões lavradas no município? Em caso positivo, indicar normativo:		X
4	O Cartório de Registro de Imóveis tem enviado ao fisco municipal as informações acerca das transações lavradas no tempo e forma determinados na legislação? Desconsiderar a questão caso a resposta do item 3 tenha sido NÃO. Caso a resposta anterior seja SIM e a presente seja NÃO, explicitar os motivos pelos quais a legislação não vem sendo aplicada. Apresenta somente a DAP (Declaração de Apuração e Informação) da Taxa de Fiscalização Judiciária para apuração do ISSQN.		

5	A administração tributária procede à regular avaliação dos imóveis objeto de transmissão no município para fins de confronto entre a base de cálculo do ITBI declarada por contribuinte com o valor de mercado? Em caso positivo, descrever em folha anexa, de forma sucinta e objetiva, os procedimentos de avaliação (abordar a utilização ou não das normas técnicas NBR 14653-1 e 14653-2 da ABNT) e indicar os responsáveis por esta atribuição e sua qualificação. Procedimentos: Realizamos visita em loco, ficha de levantamento do imóvel e fotos (José Maria e Ailton Custódio). Conferência da documentação do imóvel dos adquirentes e dos proprietários (Silvana), após esses procedimentos encaminhamos a documentação para Comissão. Não utilizamos as normas técnicas citadas acima. Responsáveis por esta atribuição: Antônio de Paiva Menezes (Presidente), Josiane Araújo Amorim (Membro), Giovane Viana (Membro) e Michelline Fernandes da Silva (Membro).	X	
6	O Município se utiliza da Planta Genérica de Valores vigente para definição do valor dos imóveis transmitidos, em caso de arbitramento da base de cálculo do ITBI?	X	
7	No transcorrer dos procedimentos de arbitramento da base de cálculo do ITBI é realizada a notificação dos contribuintes para manifestação nos autos, em respeito aos princípios do contraditório e ampla defesa?	X	
8	No procedimento de arbitramento da base de cálculo de ITBI é juntado parecer técnico contendo a explicitação dos parâmetros e fatores que embasaram a forma de cálculo utilizada para valoração do imposto?		X

Observação: caso seja necessário complementar qualquer resposta além do já acima solicitado utilizar folha anexa, respondendo de forma sucinta e objetiva.

Santos Dumont, 10 de agosto de 2018.


 Nome: Paulo Mendes Barreto Filho
 Cargo: Diretor da Secretaria de Finanças

	Questionário n. 08 – Cobrança administrativa dos créditos tributários	Documento n. 13/2017
Prefeitura Municipal de Santos Dumont	Servidores Técnicos	Gerente de Auditoria
	Paulo Roberto Ferrão Sandra Collares Lameira	Paulo Henrique Figueiredo

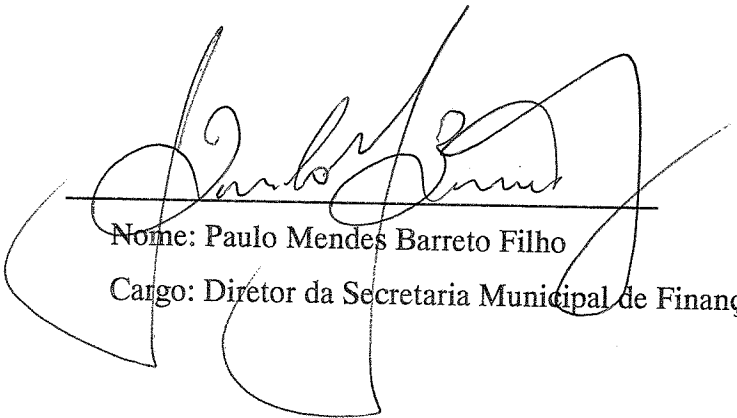
Item	Questão	SIM	NÃO
1	O município possui normatização que estabeleça a cobrança Administrativa do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa? Em caso positivo, informe o fundamento legal: Código Tributário Municipal, Lei 3.774 de 30/12/2005 e Lei Complementar 006 de 09/10/2014.	X	
2	O município dispõe de setor ou servidor com atribuições específicas para controle e cobrança administrativa do crédito tributário? Em caso positivo, identificar o setor responsável e os servidores que desempenham tais atividades:		X
3	O município dispõe de rotina sistemática e periódica de cobrança administrativa dos créditos tributários? Em caso positivo, descrever a rotina em folha anexa, de forma sucinta e objetiva		X
4	O município já realizou cobrança administrativa em massa? Em caso positivo, quando foi realizada a última? A cobrança administrativa em massa foi realizada em 2011, de 2012 em diante está sendo realizada por tributos enfatizando os maiores devedores.	X	
5	Há rotina para envio de boletos, guias de arrecadação atualizadas ou disponibilização de meios onde o contribuinte possa acessar e quitar seus débitos? Em caso positivo, descrever em folha anexa as rotinas e os meios disponibilizados. Somente para os tributos IPTU, ISSQN e Alvará. Já em relação a outras	X	

	tributações e serviços os contribuintes deverão comparecer à Secretaria de Fazenda. Em alguns casos disponibilizamos por e-mails (contribuintes que não residem no município).		
6	O município encaminha mensagem de cobrança ou opção de pagamento de débitos anteriores no envio de novos carnês de IPTU? Estas mensagens encontram-se impressas nos carnês enviados aos contribuintes.	X	
7	O município realiza protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa? Em caso positivo, quando foram realizados os últimos protestos? Foi realizado até 2016 cobranças administrativas pela Secretaria de Fazenda. Após a conferência dos débitos emitimos a certidão e encaminhamos à Procuradoria e a mesma está realizando Protestos.	X	
8	O município possui convênio para inscrição de inadimplentes em cadastros de devedores (protesto extrajudicial de títulos, órgãos de restrição ao crédito)?		X
9	O município controla e gerência o resultado da cobrança administrativa do crédito tributário? Em caso de resposta positiva, apresentar documentação que explicita o gerenciamento da cobrança. OBS: O município controla através da Secretaria de Fazenda as baixas dos créditos tributários no sistema. É realizado diariamente este procedimento.		X
10	O município dispõe de rotinas administrativas que encaminham os créditos inscritos em Dívida Ativa para a Procuradoria, visando a cobrança do crédito tributário? Em caso positivo, descrever as rotinas em folha anexa, de forma sucinta e objetiva. Primeiramente ocorre a cobrança administrativa. Posteriormente encaminhamos alguns para a Procuradoria.	X	

Observação: caso seja necessário complementar qualquer resposta, além do já acima solicitado, utilizar folha anexa, respondendo de forma sucinta e objetiva.

Observação: caso seja necessário complementar qualquer resposta, além do já acima solicitado, utilizar folha anexa, respondendo de forma sucinta e objetiva.

Santos Dumont, 10 /08/2018.



Nome: Paulo Mendes Barreto Filho
Cargo: Diretor da Secretaria Municipal de Finanças

	Questionário n. 09 – Cobrança judicial dos créditos tributários	Documento n. 14/2018
Prefeitura Municipal de Santos Dumont	Servidores Técnicos	Gerente de Auditoria
	Paulo Roberto Ferrão Sandra Collares Lameira	Paulo Henrique Figueiredo

Item	Questão	SIM	NÃO
1	A Procuradoria Municipal possui rotinas e procedimentos de ajuizamento de ações de execuções fiscais dos créditos inscritos em Dívida Ativa? Em caso positivo, indicar em folha anexa, de forma sucinta e objetiva, as rotinas e procedimentos utilizados. R. Sim. A Secretaria Municipal de Finanças emite certidões de Dívida Ativa de IPTU e ISSQN, encaminha a Procuradoria Jurídica, verificado a não prescrição de débitos existentes, é ajuizado Ação de Execução Fiscal.	X	
2	O município possui regulamentação legal acerca do valor mínimo de débito para ajuizamento da execução fiscal? Em caso positivo, indicar o dispositivo legal e o valor correspondente: R. Sim. Lei 4.309 de 03/09/2013, e o valor correspondente é de igual ou inferior a duzentos reais.	X	
3	A Procuradoria Municipal possui rotina de verificação de débitos de contribuintes e ajuizamento de ação fiscal para mais de um tipo de crédito tributário inadimplido em mais de um exercício financeiro do mesmo contribuinte (Ex.: uma ação fiscal considerando créditos inadimplidos de ISS e IPTU referentes aos últimos quatro exercícios, em detrimento de várias ações distintas)? Em caso positivo, especificar se há observância somente de mais de um débito ou se há observância de débitos provenientes de mais de um exercício: Sim. Existe observância de mais de um débito e/ou se há débitos provenientes de mais de um exercício.	X	


Auditor Fiscal
Procurador Jurídico

4	A Procuradoria Municipal realiza controle das Certidões de Dívida Ativa, identificando se o crédito preenche todos os requisitos que lhe conferem certeza e liquidez? Sim. É feito uma análise jurídica de todas as certidões de dívida ativa, inclusive verificando o atendimento a todos os requisitos de validade e ausência de prescrição.	X	
5	Há rotinas entre a Procuradoria e os setores responsáveis pelos cadastros de contribuintes relativas ao compartilhamento de informações referentes aos contribuintes dispostas em demandas judiciais?	X	
6	A Procuradoria Municipal realiza cobrança administrativa dos créditos tributários inscritos em Dívida Ativa?		X

Observação: caso seja necessário complementar qualquer resposta, além do já acima solicitado, utilizar folha anexa, respondendo de forma sucinta e objetiva.

Santos Dumont, 10 de agosto de 2018

Nome: Adalberto Dimas A. Paiva

Cargo: Procurador Jurídico